

# POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A QUESTÃO DA MORADIA

Neuza Ferreira da Silva<sup>1</sup>

## Resumo

Este trabalho procurou aprofundar o conhecimento acerca da população em situação de rua e a questão da moradia, considerando-se as relações de produção e de reprodução social da sociedade capitalista brasileira. O objetivo é o de relacionar as demandas da população em situação de rua com o déficit habitacional e o direito à moradia no Brasil. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar a relação entre população em situação de rua e o déficit habitacional; compreender o papel do Estado na intervenção habitacional; compreender o cálculo do déficit habitacional. Adotaram-se as metodologias da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental para atender aos objetivos propostos. Evidenciou-se que as desigualdades sociais, econômicas e culturais estabelecidas na sociedade brasileira — resultantes das relações capitalistas desenvolvidas a partir da relação capital/trabalho — impossibilitam o acesso à moradia digna a uma grande parcela dos trabalhadores de baixa renda, o que eleva o déficit habitacional, como também submete uma parcela desses trabalhadores à situação de rua, o que se deve, ainda, à escassa intervenção do Estado na promoção de políticas habitacionais de interesse social voltadas à população mais pobre, além da inefetividade das políticas públicas específicas para a população em situação de rua.

**Palavras-chave:** População em situação de rua. Políticas públicas habitacionais. Déficit habitacional.

## 1 Introdução<sup>2</sup>

O tema norteador deste trabalho diz respeito à população em situação de rua e a questão da moradia, considerando-se as relações de produção e de reprodução social na sociedade capitalista brasileira. A opção pelo tema ocorreu por meio dos estudos desenvolvidos durante as atividades de estágio no projeto de extensão *Subsídios Acadêmicos para a Qualificação da Rede de Atendimento à População em Situação de Rua Uninter*. A ocasião possibilitou evidenciar que a população em situação de rua e a população sem-teto são faces das múltiplas expressões das desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira, resultantes de um modelo de desenvolvimento econômico, político e social excludente, o qual promove a segregação socioespacial de milhares de pessoas empobrecidas nas regiões periféricas da cidade, e de outras milhares nas ruas e calçadas das regiões centrais.

No Brasil, a falta de acesso à moradia é um problema que afeta não apenas à população que sobrevive em péssimas condições habitacionais nas periferias da cidade, como também está entre as principais causas que contribuem para levar um enorme contingente de pessoas a sobreviver em situação de rua.

Diante desses pressupostos, surgiu o seguinte problema de pesquisa: qual a relação entre o déficit habitacional e a população em situação de rua? Para nortear os objetivos da

---

<sup>1</sup> Estudante do 4º ano do curso de serviço social do Centro Universitário Internacional — Uninter. E-mail: neuzarutyna@gmail.com

<sup>2</sup> Classificação do trabalho: resultados de pesquisa desenvolvidos no projeto de pesquisa do curso de serviço social. Polo de apoio presencial: campus Carlos Gomes.

pesquisa, foram levantadas as seguintes questões: qual a relação das demandas da população em situação de rua com o direito à moradia e à cidade? Quais são os direitos relacionados à moradia vigentes no Brasil? O que é o deficit habitacional no Brasil?

A pesquisa teve o objetivo geral de relacionar as demandas da população em situação de rua com o deficit habitacional e o direito à moradia no Brasil. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1. Analisar a relação entre população em situação de rua e o deficit habitacional; 2. Compreender o papel do Estado na intervenção habitacional; 3. Compreender o cálculo do deficit habitacional.

A metodologia adotada para atender aos objetivos propostos valeu-se de uma pesquisa bibliográfica, a partir da revisão de materiais já elaborados, e também de uma pesquisa documental, com análise de documentos legislativos e oficiais. Os dados levantados foram organizados e sistematizados para subsidiar a construção deste trabalho e a apresentação dos resultados.

## 2 População em situação de rua e a questão da moradia

Para que se possa relacionar as demandas da população em situação de rua com o deficit habitacional e o direito à moradia, no Brasil, é preciso compreender que, tanto a falta de moradia no Brasil, quanto o fenômeno da população em situação de rua, são faces das múltiplas expressões da questão social<sup>3</sup>. Portanto, são produtos das relações de produção e de reprodução social historicamente determinadas na sociedade capitalista. “Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se reproduzem, encobrando o antagonismo que as permeia.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 30).

Segundo Silva (2006, p. 21), “[...] a questão social é a expressão das desigualdades resultantes das relações capitalistas desenvolvidas a partir da relação capital/trabalho [...]”, desigualdades essas sociais, econômicas, políticas e culturais que estruturam a sociedade capitalista e se manifestam na distribuição desigual dos bens socialmente produzidos (renda, terra, serviços sociais etc.), bem como pela apropriação privada dos meios de produção, a determinar a divisão de classes sociais.

Assim, na sociedade capitalista, a população em situação de rua é compreendida como uma **síntese de múltiplas determinações**<sup>4</sup>, sendo que sua produção e reprodução estão relacionadas à

---

<sup>3</sup> “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77).

<sup>4</sup> “O primeiro aspecto **são suas múltiplas determinações**. A literatura corrente sobre o tema traz como um dos poucos consensos neste debate o reconhecimento da multiplicidade de fatores que conduzem à situação de rua. Fala-se em fatores Caderno Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 5, n. 11, p. 174-178, 2021 | Edição Especial “II Mostra Científica do Curso de Bacharelado em Serviço Social”

formação de uma superpopulação relativa. Isto é, trabalhadores aptos para o trabalho que não são absorvidos pelo mercado capitalista, como uma das estratégias da acumulação do capital. Segundo Silva (2006), o fenômeno da população em situação de rua está relacionado à expansão da superpopulação relativa e à elevação dos níveis de pobreza, que são inerentes à reprodução do modo capitalista de produção.

Na concepção de Silva (2006, p. 102), um dos principais fatores que condicionam os sujeitos à situação de rua “[...] é a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.”. Além disso, as políticas públicas específicas para esse público, muitas vezes, não são compatíveis com a realidade dos usuários, devido ao caráter padronizado dos serviços e das condicionalidades impostas aos usuários.

A demanda por moradia é oriunda da intensificação do processo de urbanização nas grandes cidades brasileiras após 1950, devido ao acelerado crescimento demográfico nos principais centros urbanos, em função da expansão industrial capitalista no país. Tal processo, segundo Santos (1999), gerou um deficit habitacional estimado em 8 milhões de habitações, entre 1950 e 1960, caracterizado pela imensa contradição no território das cidades.

A massa de trabalhadores que excedia a capacidade de absorção do mercado capitalista, submetida à precariedade do subemprego, do desemprego e das condições de vida nas periferias das cidades, passa a se contrapor a essas condições e a pressionar o Estado em busca de soluções. (KAUCHAKJE; SCHEFFER, 2017).

Para responder às demandas da classe trabalhadora, o Estado institui políticas públicas habitacionais e urbanas. Entretanto, durante sucessivos governos, poucos benefícios foram oferecidos à população de baixa renda, em favor dos interesses do capital imobiliário e da construção civil, financiados com recursos públicos para a produção de moradia e de terra urbanizada destinadas às classes de média e de alta renda. Essa realidade perdura até os dias atuais, apesar dos avanços na legislação habitacional e urbana que priorizam habitação de interesse social aos mais pobres. (ROLNIK, 2019).

Segundo dados do último levantamento feito em 2015 pela Fundação João Pinheiro, calcula-se aproximadamente **6,355** milhões de deficit habitacional (falta de moradia) e cerca de **7,225** milhões de habitações inadequadas (permanentes) no Brasil.

---

*estruturais (ausência de moradia [grifo nosso], inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.), fatores biográficos, ligados a história de vida de cada indivíduo (rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo freqüente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais — mortes de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem, etc.) e, ainda, em fatos da natureza ou desastres de massas — terremotos, inundações etc.” (SILVA, 2006, p. 82).*

Conforme dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2018, p. 40), “[...] o ônus excessivo com aluguel representa 50,0% do total do déficit habitacional, a coabitação familiar 29,9%, as habitações precárias 14,8%, e o adensamento excessivo dos domicílios alugados 5,2% [...]”. E, em todos os casos, o fator preponderante é a baixa renda.

As moradias inadequadas (permanentes) são aquelas que necessitam de algum tipo de melhoria e/ou infraestrutura urbana — situadas em localidades desprovidas de esgotamento sanitário, água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e serviços públicos essenciais, além da situação fundiária irregular e do adensamento excessivo, entre outros elementos que compõem o cálculo das necessidades habitacionais (FJP, 2018).

No que se refere à população em situação de rua, embora o não acesso à moradia seja um de seus problemas centrais, esse grupo não aparece no cálculo do déficit habitacional. Segundo Natalino (2020), estima-se cerca de **221,869** pessoas em situação de rua no Brasil, em 2020. Porém, a instituição afirma que não se realiza contagem oficial sobre esse grupo populacional no âmbito nacional. Então, a estimativa é realizada por meio do Cadastro Único<sup>5</sup> do Governo Federal. Por conta disso, “[...] torna-se difícil incluir adequadamente esse segmento nos cenários de atenção pública e no planejamento governamental em geral. Assim, corre-se o risco de reproduzir a invisibilidade social da população em situação de rua no âmbito das políticas públicas.” (NATALINO, 2020, p. 7). Sendo assim, os dados oficiais mais atuais acerca do déficit habitacional podem não representar a real demanda.

### 3 Considerações Finais

Esta pesquisa buscou compreender as relações entre as demandas da população em situação de rua, o déficit habitacional e o direito à moradia no Brasil, enquanto expressões da questão social, a qual é um produto das relações desiguais estabelecidas na sociedade capitalista.

Evidenciou-se que a falta de acesso à moradia não afeta apenas à população em situação de rua, mas à população em geral, devido às contradições inerentes às relações entre capital e trabalho associadas à escassa intervenção do Estado na promoção de políticas

---

<sup>5</sup>“A nova estimativa eleva consideravelmente a precisão dos resultados obtidos. Isso é efeito direto da melhoria na qualidade da informação produzida nos últimos anos. É particularmente notável o esforço dos governos em incluir o povo da rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) e, por esse meio, ofertar um espaço de visibilização deste povo para a cidadania social. Embora a própria natureza dinâmica da situação de rua dificulte o cadastramento e ainda exista um bom número de pessoas descobertas, o avanço é evidente.” (NATALINO, 2020, p. 7).

públicas habitacionais destinadas ao público de baixa renda, bem como à inefetividade das políticas direcionadas à população em situação de rua.

Por fim, constatou-se que o déficit habitacional afeta à população de baixa renda em todas as categorias de análise, bem como que a pesquisa oficial sobre o tema não se reporta em nenhum momento à população em situação de rua, visto que a estimativa é domiciliar. Quanto aos dados mais atuais sobre a população em situação de rua, estes são mensurados a partir da base do Cadastro Único. Portanto, não abrangem a totalidade desse grupo populacional, o que pode interferir nas estratégias de enfrentamento da questão social por parte do poder público.

## Referências

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FPJ). **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76871&codUsuario=0>. Acesso em: 23 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

KAUCHAKJE, Samira; SCHEFFER, Sandra Maria. **Políticas Públicas Sociais: a cidade e a habitação em questão**. Curitiba: InterSaber, 2017.

NATALINO, Marco. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 73). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200612\\_nt\\_disoc\\_n\\_73.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era da finança**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília, DF: Ipea, 1999. (Texto para discussão, n. 654). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0654.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0654.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil/1995-2005**. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006\\_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.